

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.695 - RS (2020/0308082-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **CONSELHO REG DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS** : **ANGELO ROBERTO BOZZETTO - RS034898**  
                  **CAROLINA FRAU VIGLIECCA - RS063577**  
                  **CAUÊ ARDENGHI BIEDACHA - RS083473**  
                  **MAURO AUGUSTO DA SILVA FERRETTO - RS072481**  
**AGRAVADO** : **JOSIANA ALMEIDA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **NELCIR VICARI - RS025951**  
                  **NELCIR VICARI JÚNIOR - RS102046**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. TÉCNICO EM CONTABILIDADE. CONCLUSÃO DO CURSO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 12.249/2010. DIREITO AO REGISTRO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA.

Hipótese em que a impetrante concluiu o curso de Técnico em Contabilidade quando não vigentes as alterações introduzidas pela Lei 12.249/2010, não cabendo falar em decadência do direito ao registro por não observância do prazo previsto em lei, já que a mesma não afeta as situações consolidadas anteriormente à sua vigência. Precedentes deste Tribunal.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, no que concerne à ordem de registro profissional, na categoria de técnico em contabilidade, trazendo os seguintes argumentos:

[...] partir da alteração introduzida pela Lei 12.249/2010, o caput do art. 12 do Decreto-Lei 9.295/46 passou a admitir o exercício da profissão apenas aos Bacharéis em Ciências Contábeis, tendo o parágrafo 2º assegurado o direito ao exercício da profissão aos técnicos em contabilidade já registrados em Conselho Regional de Contabilidade e aos que viessem a fazê-lo até 1º de junho de 2015.

[...]

Portanto, o marco temporal fixado na legislação não delimita a exigência ou não da aprovação no exame de suficiência, mas o direito ao exercício profissional dos Técnicos em Contabilidade devidamente registrados. Quer dizer, os técnicos em contabilidade, desde que registrados até 1º de junho de 2015, o que não é o caso dos autos, poderão continuar a exercersuas atividades normalmente.

Ocorre que a recorrida não cuidou em prestar mais diligência a legalidade e constitucionalidade do prazo de transição fixado na reforma do Decreto-lei 9.295/46, que a exemplo da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), foi recepcionado pela Constituição Federal como lei formal. (fls. 200-205).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a inexistência de direito adquirido, trazendo os seguintes argumentos:

Sem qualquer prejuízo da argumentação até aqui exposta, merece destaque a inexistência de direito adquirido. O direito supostamente adquirido está submetido a regime jurídico-administrativo. Isto é. Em situações como a dos autos, os direitos ingressam no patrimônio do cidadão já com a alterabilidade integrada ao seu próprio conceito. Portanto, não há que se falar em direito adquirido.

[...]

Assim, é evidente a existência de direitos que não se adquirem; não se consolidando nem mesmo com o seu exercício através do tempo. Tais direitos se submetem a alterações legislativas que visem a modificá-los, suprimi-los ou extingui-los. Tendo o Supremo Tribunal Federal reconhecido como não adquiríveis os direitos concernentes a regime jurídico.

[...]

Esse é exatamente o caso. O Conselho, entidade de fiscalização e registro da profissão contábil possui caráter autárquico reconhecido pelo STF na ADI 1.717-6/DF. Ante o indubitável caráter público da fiscalização e do registro profissional, a situação encontra-se sujeita à égide de Regime Jurídico Administrativo, ao qual não se pode opor direito adquirido. (fls. 206-210).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto às controvérsias, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente